

## **As Correspondências como Fonte para a História do Turismo**

**Dalila Müller<sup>1</sup>**  
**Débora Clasen de Paula<sup>2</sup>**  
**Dalila Rosa Hallal<sup>3</sup>**

**Resumo:** Diversas áreas utilizam-se das cartas e demais arquivos pessoais como fonte. Entre os historiadores as cartas são largamente utilizadas como veículos de acesso ao passado. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre as cartas como fonte de pesquisa histórica para o turismo, por entendermos que para que haja um avanço no conhecimento social das viagens é necessário o aporte teórico e metodológico de outras ciências. Nesse artigo dialogamos com a história. O diálogo proposto com a historiografia torna possíveis novas pesquisas sobre as viagens e suas relações com as conjunturas sociais mais amplas. As correspondências podem nos revelar vários aspectos da história das viagens, tais como, os itinerários, os destinos, as impressões sobre o local visitado, os motivos das viagens, o retorno, o perfil dos viajantes, os serviços utilizados, o olhar do viajante, hábitos, bens materiais, saberes e culturas, os significados sociais das viagens, algumas consequências econômicas, sociais e culturais desse processo, dentre outros aspectos.

**Palavras-chave:** Cartas. História. Turismo.

---

<sup>1</sup>Doutora em História – UNISINOS. Docente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: [dmuller@ufpel.tche.br](mailto:dmuller@ufpel.tche.br).

<sup>2</sup>Mestre em História – UNISINOS. Docente do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Erechim. E-mail: [deboraclasen@hotmail.com](mailto:deboraclasen@hotmail.com).

<sup>3</sup>Doutora em História – PUCRS. Docente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: [dhallal@ufpel.tche.br](mailto:dhallal@ufpel.tche.br).

## Introdução

Basta um passar de olhos em uma livraria detendo-se alguns instantes nos livros de história e, até mesmo nos de literatura, para perceber o grande número de biografias, diários, cartas e autobiografias publicadas. O público leitor mostra-se cada vez mais interessado neste gênero de escrita intitulada “escrita de si”. Com base nisso, o objetivo do presente artigo é refletir sobre as cartas como fonte de pesquisa histórica para o turismo. Vinculando-a ao “processo de abertura” pela qual passam as diferentes áreas do conhecimento, especialmente a História e o Turismo, buscamos ressaltar a riqueza de pesquisas que elas podem suscitar.

Durante mais de dois mil anos as cartas foram o principal meio de comunicação. As prescrições que regulavam a composição das cartas tiveram permanências e variações ao longo do tempo<sup>4</sup>.

A Antiguidade não legou nenhum tratado de epistolografia autônomo e as poucas regras sobre a escrita de cartas que restaram, estão dispersas em correspondências do período ou integram os tratados de retórica. De Demétrio, que escreveu a primeira obra expondo as regras sobre a epistolografia por volta dos séculos I a.C. e I d.C., passando por Cícero e Sêneca, a carta já deveria se assemelhar ao diálogo com expressões de amizade, mesclando o estilo “gracioso e simples” e realizando o “encontro” entre remetente e destinatário (Tin, 2005, p. 22).

Durante a Idade Média seu estilo formal se tornou mais rígido em razão dos negócios públicos, já que o desenvolvimento político e econômico aumentou de forma drástica a quantidade e a variedade de documentos oficiais. “Nasce então a *Ars dictaminis*, cujos tratados serão modelados a partir do discurso clássico, adaptando a tradicional divisão do discurso às peculiaridades da carta” (Tin, 2005, p. 31).

O uso de cartas expandiu-se enormemente entre os homens do Renascimento e durante a Idade Moderna, quando se engajou no projeto humanista que pretendia “assegurar o convívio

---

<sup>4</sup> Sobre este assunto consultar: Tin, E. (Org.). (2005) *A arte de escrever cartas*: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípio. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

social através de comportamentos que todos pudessem aceitar e decodificar” (Miranda, 2000, p. 44).

As cartas, diários íntimos, memórias, entre outros, integram a produção de si que ganhou contornos específicos a partir das palavras biografia e autobiografia no século XVII e alcançou seu ápice durante o século XIX. Pensando nisso, o mercado se apressou em promover uma série de produtos destinados à produção da escrita. Papéis de carta, cartões, cartões-postais, diários, álbuns e demais artigos destinados à escrita passaram a surgir em larga escala para todos os gostos, idades e poder aquisitivo.

Este “eu moderno” conferiu a vida individual uma importância até então desconhecida, digna de ser narrada e sobreviver na memória. É este o sentido da feliz observação de Contardo Calligaris (2007) quando assinala que, se o ato de escrever sobre vidas é antigo, a idéia de que a vida é uma história é bem mais recente.

Públicas ou privadas, as cartas, em alguns momentos, foram os principais registros do passado sem as quais seria impossível a construção de uma memória.

Se o público leitor mostra-se interessado por estes documentos, a academia também. A área da literatura utiliza-se enormemente destas fontes, fato que se dá de maneira mais recente com a história da educação, beneficiada com as transformações que ocorrem no campo da história, em especial a história cultural. A utilização das cartas e demais arquivos pessoais como objeto de pesquisa, tem ganhado amplo destaque entre os pesquisadores da história da educação. Há pesquisas acerca da escrita de cartas por professores no século XIX, sobre o cotidiano da escola através de livros de registros, memórias, diários de classe, registros de avaliação e autobiografias.<sup>5</sup>

Entre os historiadores as cartas são largamente utilizadas como veículos de acesso ao passado e algumas delas são bastante conhecidas. O que dizer, por exemplo, da carta de Pero Vaz de Caminha a corte portuguesa noticiando a “descoberta”? Ou então da polêmica derradeira carta

---

<sup>5</sup> Destacamos na área da história da educação as professoras: Ana Chrystina Venâncio Mignot, Maria Helena Camara Bastos e Maria Teresa Santos Cunha responsáveis pela organização dos livros: “Refúgios do Eu: educação, história e escrita autobiográfica”, “Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar” e “Práticas da memória docente”.

de Getúlio Vargas? Dom Pedro, Princesa Isabel... Porém, não só destes documentos “famosos” se nutre a história.

A pesquisa histórica, que se renova a partir de contextos historiográficos específicos, torna-se pertinente à turismologia quando consegue elucidar os saberes históricos produzidos por homens e mulheres no tempo. Com efeito, os saberes e práticas históricas podem ser difusos e um tanto caóticos para os profissionais e cientistas do turismo. Por isso mesmo, a apropriação de um pensamento histórico calcado na experiência da prática social requer procedimentos teóricos e metodológicos coerentes com o que se pode chamar de patrimônio historiográfico (historiografias clássica e contemporânea) (Flores, 2005, p. 3).

Para Flores, (2005) as contribuições sociológicas, antropológicas e historiográficas para a formação e estruturação de uma ciência nova, que tem como pressuposto os fundamentos e os saberes da prática turística, não podem ser descartados.

Uma ciência, vale dizer, um saber teórico e metodologicamente especializado supõe não simplesmente projetos, práticas e fazeres cotidianos; mas, antes de tudo, a elaboração de um pensamento racional (metodizado), que somente pode se mostrar inteligível pela narração do que se pesquisou. Ninguém viaja se não tiver algum interesse e a viagem está para o turismo assim como o tempo está para a história: partir, chegar; ficar, ver, escutar, sentir; contextualizar, contemporizar, memorizar; voltar, contar, dizer, narrar, encantar, enfim, tornar-se sujeito do seu próprio ócio. Começemos, pois, pelo mais fácil: pensar historicamente o turismo não pode ser possível sem a referida problematização, verificação de hipóteses e a construção da republicanidade da própria pesquisa, isto é, os resultados devem ser públicos e devem se somar aos bens coletivos da comunidade. (Flores, 2005, p.3).

As correspondências evidenciam a heterogeneidade de assuntos e a importância do estudo da correspondência entre escritores como fonte privilegiada de pesquisa para o turismo. Demonstrem, sobretudo, a necessidade cada vez mais iminente de um olhar atento para os arquivos pessoais que permitem diversas abordagens sobre nossa história das viagens.

## **Os arquivos privados, a história e o turismo**

Motivada pela quebra dos grandes paradigmas, a história volta-se faminta para os indivíduos, enxergando-os como sujeitos históricos. Esta mudança na prática historiográfica é vista por alguns, como sinônimo de “crise” e por outros, “talvez mais perspicazes, [...] como uma

modificação da relação com a história como disciplina científica, com o tempo e, de modo mais geral, com os fenômenos observados” (Prochasson, 1998, pp. 105-6). A escrita sobre os sistemas globais explicativos e os “grandes nomes” em voga anteriormente, cede espaço à escrita sobre o indivíduo comum, investigado não somente em seu aspecto público, mas principalmente em sua vida privada.

Esta “re-valorização” do privado que faz emergir uma série de sujeitos também é responsável por provocar uma nova visita aos, já há muito conhecidos, “grandes nomes” da história. Estes “indivíduos conhecidos” têm seus documentos particulares trabalhados em teses e dissertações ou simplesmente publicados, como por exemplo, as cartas de Júlio de Castilhos e sua esposa Honorina (Castilhos, 1993). Também é o caso da recentemente obra “Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais” em que o autor propõe um breve contexto sobre a época e deixa a mercê dos remetentes, a tarefa de contar, sob a sua ótica, a história do Brasil (Lemos, 2004).

As fontes produzidas no âmbito privado servem como porta de acesso à vida de “gente miúda”, que não precisa de nenhuma característica excepcional para se tornar digna de ser lembrada. É o indivíduo comum que dota o mundo ao seu redor de significados, o alvo da investigação histórica. Esta tarefa é bastante difícil para o historiador que precisa garimpar dispersos fragmentos, tendo em vista que o anônimo, muitas vezes, deixa poucos registros de sua vivência.

Para Christophe Prochasson (1998) o interesse pelos arquivos privados está atrelado a dois fatores: inicialmente a história cultural, principalmente na multiplicação dos trabalhos sobre intelectuais e, em segundo, a mudança da escala de observação do social com ênfase na micro-história e na antropologia histórica, que levou a um interesse maior por fontes mais qualitativas. Ambas as renovações teóricas conduziram a novas metodologias, fontes e temas, que muito embora já tivessem sido abordados, agora ganham novos contornos e significados. Um exemplo desta renovação no “olhar” e de trabalhos nesse sentido, é a publicação na década de 1990, da História da Vida Privada e posteriormente da História da Vida Privada no Brasil.

A fim de adentrar a casa e tentar reconstruir as vivências de viagens, o turismólogo pode fazer uso de fontes por muito tempo relegadas ao segundo plano. Jogadas no sótão ou no porão, estas fontes não eram vistas como importantes, constituindo uma documentação menor. Cartas, diários, bilhetes, livros de memórias e anotações constituem o caudal da documentação privada que é por vezes muito dispersa e fragmentada.

No Brasil, há poucos centros destinados à guarda e disponibilização de documentos privados para pesquisa. Constituídos nos anos de 1970, destacam-se neste sentido o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas<sup>6</sup> e o Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas.

As dificuldades para o pesquisador dos arquivos pessoais não se limitam somente ao acaso, elas aumentam ainda mais quando as fontes estão na mão de particulares, geralmente familiares dos autores onde o pesquisador é um intruso no seio da memória familiar. Os entraves se assemelham aos enfrentados pela história oral, no que tange a busca da confiança para obter os documentos e até mesmo ajudar a solucionar lacunas que estes oferecem. Não há no Brasil, leis que regulem o acesso dos pesquisadores aos documentos privados, de forma que estes ficam a mercê de seus depositários cabendo a eles a decisão de liberar ou não os documentos para pesquisa, o que por vezes não é feito em sua totalidade ou se dá a conta-gotas (Garcia, 1998).

## **O encantamento da fonte e a busca por métodos**

Entretanto, o encantamento dos pesquisadores frente às fontes privadas, carregadas de subjetividade, levou muitos historiadores a cair nas “malhas do feitiço”, como salientou Ângela de Castro Gomes (1998). Já escrevia Michelle Perrot (1991, p. 11) que:

As correspondências familiares e a literatura “pessoal” (diários íntimos, autobiografias, memórias), embora sejam testemunhos insubstituíveis, nem por isso constituem os documentos ‘verdadeiros’ do privado [...] Não há nada menos

---

<sup>6</sup> Destaco a Revista *Estudos Históricos* número 21, alusiva às comemorações dos 25 anos do CPDOC cujo dossiê intitula-se “Arquivos Pessoais”. Os textos podem ser acessados no site: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Os textos deste número da revista serviram de referência para a construção deste artigo.

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

espontâneo do que uma carta; nada menos transparente do que uma autobiografia, feita para ocultar tanto quanto para revelar.

Numerosas são as armadilhas para os estudiosos dos arquivos privados que se deparam com uma escrita mais solta, informal e carregada de subjetividades, comportando a ilusão de que uma carta ou um diário é capaz de revelar o mais íntimo do seu autor, a mais pura “verdade” sobre ele ou sobre a realidade vivenciada. O feitiço repousa ao lado do pesquisador, que necessita tratar esta fonte com tanto ou mais cuidado com que trata as fontes seriadas ou de caráter público.

Percorrendo os arquivos privados, especialmente as cartas, torna-se interessante pensar na ideia destas como “objeto histórico”. Compartilhamos neste sentido da discussão feita por Ulpiano Bezerra de Meneses que expõe,

Essa categoria de objeto histórico, assim, por sua própria natureza e funções, privilegia as classes dominantes – fato facilmente observável nos museus e abundantemente denunciado na bibliografia. Torna-se evidente, destas considerações, que o objeto histórico é de ordem ideológica e não cognitiva. Não que não possa ser utilizado para a produção de conhecimento. Ao contrário, são fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto, precisamente, *objetos históricos*. (Meneses, 1998, pp. 94-5) [grifo do autor]

Sendo assim, apesar dos objetos históricos terem sido legados em sua maioria pelas elites ou classes dominantes, fato visível como expôs o autor nos arquivos e museus, não há porque ignorá-los no processo de construção do conhecimento. Depende, contudo, das perguntas e reflexões que serão geradas a partir deles. Contribuem nesse sentido, muito dos trabalhos realizados, sobretudo na museologia, no que tange ao desmonte de antigos pressupostos como os museus para contemplação e não como locais de reflexão. Outra ideia trabalhada por Meneses (1998) é a discussão sobre “documento histórico” entendendo este na sua expressão empírica como um “suporte de informação”. Para ele, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo “o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação”. Desta forma, não é a carga latente ou a sua identidade que faz do objeto um documento, mas sim é a “questão do conhecimento que cria o sistema documental”. O pesquisador é quem fala sobre o documento e surge daí a necessidade de explicitar seus critérios e procedimentos para definir o alcance de sua fala.

No que tange a escrita epistolar estamos falando obviamente na parcela alfabetizada da sociedade que pode materializar suas palavras. Estão fora do alcance, ao menos diretamente, os analfabetos, a não ser que estes solicitassem a alguém que escrevesse por eles. No Brasil, do século XIX, segundo pesquisa oficial realizada em 1872, apenas um quinto da população livre era apta para ler (Bastos, 2002).

Quando encontramos uma carta somos ou nos sentimos incitados a contar como a encontramos, quem e para quem se escreve e o que ela conta, como conta, quando e em que contexto conta. Devemos pensar ainda como e com que finalidade as cartas foram armazenadas. Como colocam Cécille Dauphin e Daniëlle Pouban (2002) a correspondência contínua e conservada, é reveladora de um “habitus”<sup>7</sup> característico de certos meios no século XIX. O fato de algumas pessoas se preocuparem mais do que outras com a produção, classificação e conservação das cartas recebidas está atrelado à própria natureza da profissão exercida. Também a ocupação durante muito tempo de vastas residências, propiciou o arquivamento destes documentos em sótãos e porões. Muitas vezes as cartas constituem parte do patrimônio material e imaterial familiar (Borges, 2002). Legadas como herança por gerações, são responsáveis por transmitir e ou construir uma memória da família.

Geralmente, conservar e classificar as cartas permite mostrá-las aos filhos, aos netos e aos descendentes. Essa maneira de reter, de escolher o que é qualificado como ‘cartas boas’ é um instrumento eficaz para edificar os herdeiros, não somente pela quantidade, mas, principalmente, pela qualidade do conteúdo: sentimentos religiosos e morais, virtudes do trabalho são valores muito compartilhados nessa família, como no meio burguês dessa época (Dauphin; Pouban, 2002, p. 81).

As cartas apresentam singularidades com relação aos demais documentos privados. Tal como outras práticas de escrita de si, a correspondência constitui ao mesmo tempo o sujeito e seu texto, porém guarda a singularidade de ser produzida tendo em vista um destinatário com quem vai estabelecer relação. Este diálogo é necessariamente condicionado pela distância e a ausência precisando ainda de tempo, reflexão, disciplina e confiança para se realizar (Gomes, 2004).

---

<sup>7</sup> “O ‘habitus’ é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de percepção e apreciação das práticas” (Bourdieu, 1990, p. 158).



O pesquisador que se dedica a trabalhar com cartas, sobretudo com uma série mais ou menos sequencial, precisa agir como detetive para decifrar uma série de códigos comuns aos missivistas, expressões que fazem parte do “pacto epistolar” e que, por serem de comum conhecimento entre os correspondentes não necessitam ser explicitadas. Entra em cena uma série de palavras nas entrelinhas, silêncios, abreviaturas ou até mesmo códigos destinados a manter o sigilo do assunto caso a carta acabe em “mãos erradas”. Expressões de época ou criadas pelos missivistas para cifrar e/ou facilitar a comunicação epistolar, precisam ser recuperadas pelo pesquisador.

A correspondência é um documento que surge de uma junção de fatores como salientam Dauphin e Pouban (2002, p. 86),

não depende somente de competências (extensão da alfabetização) ou de incitações infra-estruturais (serviço postal, abertura econômica), mas, de maneira mais profunda, essa prática se enraíza em um modelo de comportamento, em uma maneira de viver o vínculo social e de estreitar relações.

O suporte material deve ser levado em conta na análise das correspondências, uma vez que é capaz de afetar quem a recebe antes mesmo de ler a primeira linha. A forma, cor do papel, tinta, o timbre, a letra familiar, etc acaba por representar o remetente promovendo um encontro entre os missivistas. Desta forma a correspondência equivale a um “ato de presença” responsável por solidificar a relação entre sujeitos que se revezam ao longo do tempo, ocupando os mesmos papéis (Gomes, 2004, p. 19). Trata-se de uma escrita “em trânsito”, já que sua existência é “flutuante e contingente” (Gontijo, 2005, p. 267).

Ângela de Castro Gomes comenta que houve uma maior “intimização” da sociedade através da valorização do indivíduo e da espontaneidade de seus sentimentos, como amor e amizade. O estreitamento de laços e o relato mais “solto” das vivências dos missivistas, muitas vezes fazem com que o pesquisador se envolva emocionalmente. Surge então a necessidade de romper com os laços afetivos que unem o pesquisador de correspondências e o seu objeto de estudo, pois fatores como a emoção e a comparação consigo mesmo, dificultam a objetivação deste material como fonte.

Conceitos como o de sensibilidade pode ser útil para interpretar estes documentos. Nas palavras de Sandra Pesavento a sensibilidade se expressa como “uma forma de reação dos

sentidos, através de emoções e sensações, dada pelo contato do indivíduo com a realidade.”  
(Pesavento, 2007, p. 2)

O mundo sensível, regido pelos sentimentos e pelas emoções, se traduz externamente e se materializa, por exemplo, nas palavras e práticas, evidências do sensível. Para esta autora talvez a única forma de “medir as sensibilidades” seja avaliando a sua capacidade mobilizadora, por sua presença, reações que provocam, a forma que exterioriza ou tenta esconder os sentimentos.

Se adotarmos como ponto de partida o fato de que corresponder-se não depende somente de fatores como alfabetização e serviço postal – ou qualquer outro meio que possibilite o transporte da carta – mas que também está associado a uma maneira de “viver o vínculo social”, veremos que o ato de trocar correspondências foi característico de determinados grupos. Destacam-se entre estes: intelectuais, políticos e mulheres.

Segundo Giselle Venâncio, possivelmente os intelectuais, mais do que qualquer outro grupo social, se caracteriza pela troca de opiniões, informações e idéias por meio das correspondências. Essas correspondências trocadas entre os que faziam parte do “mundo das letras” foram responsáveis por formar o que Michel Trebitsch chamou de “sociabilidade privada”, em oposição aos espaços públicos de sociabilidade. Além disso, figuram também como espaços de trocas “não só entre pessoas, mas também entre comportamentos individuais e regras impostas do exterior, códigos sociais ou normas de escrita” (apud Venancio, 2004, p. 117).

Entretanto, as correspondências por serem efetivadas principalmente nos espaços privados, salas, quartos ou gabinetes, acabaram por fazer parte da prática cotidiana também das mulheres. Não pretendendo inscrevê-las somente no âmbito privado, mas reconhecendo que é neste em que estas deixam majoritariamente suas marcas, estas “sombras tênues”, das quais fala Michelle Perrot, ao terem seus espaços públicos vetados, fizeram da escrita o seu refúgio. Os bilhetes, diários, cartas e anotações inscrevem-se como uma porta de acesso à vida cotidiana das mulheres letradas. Contudo, não podemos acalentar a ilusão de encontrar uma mulher despida por completo. Sua escrita é controlada, seja no momento em que se realiza, seja algum tempo depois ao reler, ou então quando ateam fogo aos seus escritos como uma maneira de aderir ao silêncio que a sociedade lhes impunha. Inscritas no grupo das “recitantes” por Perrot, as mulheres

que carregam consigo a memória do privado, ordenam os fatos e auto-destroem suas marcas, por medo de incompreensão, sugerindo a “dificuldade feminina de existir de outro modo que no instante fugaz da palavra” (Perrot, 1989, p. 13).

Nas cartas de Cecília Meireles, por exemplo, são comuns as notícias biográficas, os assuntos sobre trabalho, problemas de saúde, alegrias e tristezas, e seu fascínio pelas viagens. Em carta de 9 de julho de 1946, Cecília escreve: “E nessa bela expectativa, eis que Gabriela me escreve, sugerindo-me ir à Califórnia [...] Não sei se isso será mais que um sonho. E há dois anos que não viajo, e V. não sabe o que é estar parada num lugar a criatura que nasceu para se mover [...]”.

As viagens estão presentes em sua obra, seja em uma dimensão geográfica, retratando diferentes cidades europeias, indianas e outras, ou as viagens marítimas portuguesas, seja em uma dimensão metafórica, em que o eu lírico realiza uma infinita viagem de autoconhecimento. Tal presença se evidencia ainda nos depoimentos que concedeu e também nas missivas a Henriqueta Lisboa, como se observa em uma brincadeira na despedida de uma carta de 14 de novembro de 1944: “Um abraço, Henriqueta e até a próxima carta. Desta sua amiga que gostaria de assinar ‘Marco Polo’, mas é apenas a sua, muito carinhosamente, Cecília.” Ou ainda nas confissões da carta de 9 de julho de 1946, em que Cecília fala sobre a escassez de pessoas estimáveis de amizade sem interesses: “Bem, V. já está vendo o que eu penso cá da minha terra, tanto pela necessidade de estar sempre longe dela quanto por essa pescaria de amigos longínquos, que é o meu trabalho sentimental mais primoroso [...] Daí esse ímpeto permanente, feito de descontínuos ímpetos emendados, para fazer malas, fechar portas, ir por aí afora, na companhia de estrelas e águas”.

Viagem parece ter sido para Cecília Meireles mais que um tema a ser tratado na poesia, mais que o título do livro de 1939, que a consagrou no cenário das letras nacionais. Sobre isso ela declarou a Pedro Bloch, em entrevista à Revista *Manchete* de maio de 1964: “Viajar para mim nunca foi turismo (...). Viagem é alongamento de horizonte humano.”

Através das cartas é possível acrescentar e confrontar o que se tinha conhecimento até então como, por exemplo, os relatos de viajantes do século XIX, considerados especialistas na

observação e no registro. Miriam Moreira Leite (1997) diz que estes relatos são utilizados em vários campos da pesquisa sendo que até a década de 1970 eram aceitos sem análise crítica ou perspectiva histórica. Para a autora, o viajante é um observador privilegiado, entretanto traz consigo a postura do “civilizado diante do bárbaro”, fator que é reforçado por uma série de obstáculos lingüísticos, culturais e econômicos. Leite (1997) situa os livros de viagem como um produto intermediário entre o documento pessoal – diário íntimo e correspondência – e o relatório oficial – memória descritiva com objetivos políticos, econômicos e educacionais. A capacidade de estranhar do viajante seria a chave para a observação de padrões de comportamento que passam despercebidas para o habitante do país (Leite, 1997, p. 80). Por outro lado, ao oferecer uma visão panorâmica do local em que se encontra escapa-lhe uma série de estratégias tecidas no âmbito da vida privada em que nem sempre, ou na maioria das vezes, o viajante não tem acesso. Prova disso eram as indispensáveis “cartas de apresentação” expedidas por pessoas influentes e autoridades, a fim de que o viajante conseguisse hospedagem por onde passasse (Pires, 2001, p. 134).

Fonseca (2006) em seu trabalho, *Cartas de Viagem. Brasileiros na Europa Oitocentista*, analisa a prática cultural da viagem como um dos elementos na formação das elites oitocentistas a ser inventariada na leitura de seus relatos de viagem presentes em diários, artigos de jornais, memórias e principalmente suas cartas particulares. Conforme Castilho Gomes (2001), as cartas transmitiam impressões, opiniões e idéias, levando o leitor a entrar em contato com o pensamento de seus remetentes, considerados no período intérpretes privilegiados da realidade nacional pela distância, que lhes garantiria a “imparcialidade da análise”, e pela “experiência vivenciada” nos “países civilizados”. As cartas representavam assim, uma conversa entre ausentes, em que conselhos, consolos, pedidos, indiscrições e pensamentos seriam correspondidos.

A “descoberta” das fontes privadas pode ser crucial para o trabalho dos historiadores e dos turismólogos. Cabe salientar, a existência de boa parte do acervo de fontes que tornará possível ao pesquisador descortinar parte da vida do homem comum, aquele que não desfruta de prestígio no âmbito público, encontra-se ainda dispersa no interior das casas, ficando à mercê do acaso para encontrá-las.

Estas fontes assimétricas e de acesso aleatório constituem o coração dos guardados, sobretudo dos idosos que os remexem a fim de reavivar a lembrança. Escrever é uma forma de conceder linearidade à vida, estabilidade e permanência através do tempo, podendo agir também como uma forma de catarse, de atenuar a solidão.

## **Considerações Finais**

Durante o século XX a correspondência sofreu o impacto ocasionado primeiramente pelo telefone e posteriormente pelo correio eletrônico e demais meios de comunicação, que satisfazem a demanda do rápido e do efêmero ao mesmo tempo. Meios velozes de se comunicar, geralmente mais frios, estas novas maneiras de estreitar a distância reduziram o fluxo das cartas e sua facilidade dispensou o ritual da escrita. Eximiu o destinatário de aguardar o carteiro, de reconhecer o contorno tão particular da letra, da sensação de abrir o envelope ou desdobrar a folha.

Se a facilidade de se comunicar aumentou, a fugacidade também. Aos historiadores e aos turismólogos restarão poucas fontes deste tipo para as pesquisas e haverá outras formas de estudar a manutenção dos vínculos sociais durante as viagens.

Da mesma forma que dispensam o tempo longo para serem concretizados e tem a característica de se dar em maior número, os e-mails e mensagens geralmente são “deletados” sem deixar rastros. Perde-se na memória boa parte da voz do outro lado da linha e as mensagens da caixa de entrada do e-mail. Não temos os feixinhos de correspondências amarelados e amarrados dentro de uma gaveta ou caixa e com isso a impossibilidade de reler os guardados.

Vários desafios precisam ser enfrentados pelos pesquisadores dos arquivos privados, a busca de métodos e categorias de análise são alguns deles. Deve-se levar em conta a dimensão subjetiva que o documento expressa, sobretudo para o autor, constituindo a “sua” verdade.

Talvez uma das respostas para se trabalhar com cartas esteja em um dos primeiros autores que pensou sobre elas. Demétrio concebeu a carta como algo mais elaborado que o diálogo já que é escrita e enviada a alguém, “como se fosse um presente”, ou seja, revestido de maior cuidado e

preparo. Pode residir aí a desconfiança de que estamos diante de um documento “aprimorado” além de fortemente impregnado pelas marcas do seu tempo.

A análise das cartas e demais arquivos pessoais vem ao encontro do alargamento e até mesmo da ruptura das fronteiras disciplinares, propondo maior diálogo com outras áreas do conhecimento como a história, em que a pesquisa destas fontes e/ou objetos de estudo tem se mostrado bastante profícua.

As cartas, como se buscou mostrar, podem servir de fonte para a pesquisa. Sozinhas ou cotejadas por outras fontes e até mesmo servindo como documentação auxiliar na busca de melhor se aproximar do passado, não há dúvidas de que elas emprestam carne e cor às novas tendências historiográficas do turismo. As cartas podem nos revelar vários aspectos da história das viagens, tais como, os itinerários, os destinos, as impressões sobre o local visitado, os motivos das viagens, o retorno, o perfil dos viajantes, os serviços utilizados, o olhar do viajante, hábitos, bens materiais, saberes e culturas, os significados sociais das viagens, dentre outros aspectos.

## Referências

- Bastos, M. H. C. (2002). Leituras das famílias brasileiras no século XIX: o Jornal das Famílias (1863-1878). *Revista Portuguesa de Educação*. 2 (15), pp. 169-214.
- Borges, V. P. (2002). Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889). *Cadernos Pagu*. n. 19, 2002.
- Calligaris, C. (1998). Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, 1998, n. 21, pp. 43-58. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/236.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2007.
- Castilho Gomes, A. (2002). “Hablen cartas y callen Barbas”. *Escritura y Sociedad en el siglo de oro*. Historiar. N. 4.
- Castilhos, J. (1993). *Cartas de Júlio de Castilhos*. Edição comemorativa dos 90 anos de criação do Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre: IEL, AGE.
- Dauphin, C. & Pouban, D. (2002). Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In: Bastos, M. H. C.; Cunha, M. T. S. e Mignot, A. C. V. (Orgs.) (2002). *Destino das Letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF.
- Flores, E. C. (2005). As Fundações Historiográficas da Turismologia. *Sæculum - REVISTA DE HISTÓRIA*. 12.
- Fonseca, J. F. de M. (2006). Cartas de Viagem. Brasileiros na Europa Oitocentista. *III Simpósio Nacional de História Cultural Florianópolis*. Florianópolis.

- Garcia, M. M. A. M. M. (1998). Os documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, n. 21, pp. 175-87.
- Gomes, A. de C. (2004). Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. (Org.) (2004). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Gomes, A. de C. (1998). Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, n. 21, pp. 121-7.
- Gontijo, R. (2005). História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: Soihet, R.; Bicalho, M. F. B. e Gouvêa, F. S. (Orgs.) (2005). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Leite, M. L. M. (1997). *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Lemos, R. (Org.) (2004). *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto.
- Meneses, U. T. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, n. 21, pp. 89-103.
- Miranda, T. C. P. dos R. (2000). A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: Galvão, W. N. e Gotlib, N. B. (Orgs.) (2000). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Perrot, M. (Org.) (1991). Introdução. In: *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Perrot, M. (1989). Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. 9 (18).
- Pesavento, S. J. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document229.html>>. Acesso em 25 mar. 2007.
- Pires, M. J. (2001). *Raízes do turismo no Brasil*. São Paulo: Manole.
- Prochasson, C. (1998). "Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. *Estudos Históricos*. N. 21.
- Tin, Emerson. (Org.) (2005). *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Venancio, G. M. (2004). Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: Gomes, A. de C. (Org.) (2004). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV.